



SEGURANÇA JURÍDICA E A EFICÁCIA DOS DIREITOS SOCIAIS FUNDAMENTAIS

2ª Edição
Revista e Atualizada



EDITORA AFILIADA

CONSELHO EDITORIAL:

Adel El Tasse
Alessandra Galli
Ana Paula Gularato Liberato
Antonio Carlos Efig
Argemiro Procópio
Carlyle Popp
Claudia Maria Barbosa
Danilo Borges dos Santos Gomes de Araújo
Eduardo Biacchi Gomes
Elizabeth Accioly
Francisco Carlos Duarte
Gonçalo N. C. S. de Melo Bandeira
Helena de Toledo Coelho Gonçalves
Ivo Dantas
James Marins
Jane Lúcia Wilhelm Berwanger
João Bosco Lee
José Antonio Savaris

José Augusto Delgado
José Renato Gaziero Cella
José Renato Martins
Julio César Acosta Navarro
Luís Alexandre Carta Winter
Luiz Antonio Câmara
Marcos Wachowicz
Mário Ferreira Monte
Melissa Folmann
Néfi Cordeiro
Paulo Gomes Pimentel Júnior
Paulo Nalin
Rainer Czajkowski
Roberto Catalano Botelho Ferraz
Roland Hasson
Silma Mendes Berti
Vladimir Passos de Freitas

ISBN: 978-85-362-4176-0

JURUA
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Escritório: Av. da República, 47 – 9º Dtº – 1050-188 – Lisboa – Portugal

Loja: Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Centro Comercial
D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Carvalho, Osvaldo Ferreira de.
C331 Segurança jurídica e a eficácia dos direitos sociais
fundamentais./ Osvaldo Ferreira de Carvalho./ 2ª edição./
Curitiba: Juruá, 2013.
330p.

1. Garantia (Direito). 2. Direitos sociais. I. Título.

CDD 340.1 (22.ed)

CDU 340.1

0043

Visite nossos sites na internet: www.jurua.com.br e www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

967856

SUMÁRIO

Introdução.....	17
Capítulo 1 – Teoria Constitucional dos Direitos Fundamentais.....	25
1.1 O caráter normativo dos direitos fundamentais.....	27
1.2 O processo de concretização constitucional para a eficácia das normas de direitos fundamentais	32
1.2.1 Eficácia e Efetividade: Distinção Necessária.....	32
1.2.2 Interpretação, Hermenêutica e Concretização Constitucional.....	38
1.3 Estrutura das normas jurídicas: regras e princípios	52
1.4 Conceitos de direitos fundamentais.....	60
1.5 Dimensões ou “gerações” de direitos fundamentais.....	67
1.6 Acerca da multifuncionalidade dos direitos fundamentais	72
1.7 Categorias dos direitos fundamentais sob o ângulo funcional.....	77
1.7.1 Direitos Fundamentais como Direitos de Defesa.....	78
1.7.2 Direitos Fundamentais como Direitos a Prestações	80
1.7.2.1 Direitos a prestações em sentido amplo	84
1.7.2.2 Direitos a prestações em sentido estrito.....	88
1.8 A natureza subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais.....	91
1.9 Direitos fundamentais como trunfos contra a maioria.....	100
1.9.1 A Posição dos Direitos Fundamentais como Trunfos no Estado Democrático de Direito	105
Capítulo 2 – Evolução Histórica e a Internacionalização dos Direitos Fundamentais.....	111
2.1 Formação e evolução histórica dos direitos fundamentais	112

2.1.1	A Positivação dos Direitos Sociais Fundamentais	117
2.1.2	Os Direitos Sociais Fundamentais nas Constituições Brasileiras de 1934 a 1988.....	119
2.2	Internacionalização dos direitos fundamentais.....	123
2.3	A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948	128
2.4	A incorporação e a hierarquia dos direitos fundamentais sediados em tratados internacionais	130
Capítulo 3 – A Eficácia dos Direitos Sociais Fundamentais.....		159
3.1	O surgimento e evolução do Estado Social e Democrático de Direito	160
3.2	A consagração constitucional dos direitos sociais e o princípio da socialidade.....	167
3.3	Concepções do Estado de Bem-Estar (<i>Welfare State</i>).....	171
3.4	Direitos sociais: sentido, alcance e universalidade.....	181
3.5	Necessidade de afirmação da fundamentalidade dos direitos sociais	196
3.6	Normas programáticas e normas definidoras de direitos sociais fundamentais.....	204
3.7	A eficácia dos direitos sociais fundamentais.....	212
3.7.1	A Realização dos Direitos Sociais Fundamentais e a Reserva do Possível.....	224
3.8	A natureza cláusula pétrea dos direitos sociais fundamentais	227
3.9	O princípio da aplicabilidade imediata e da plena eficácia das normas definidoras de direitos sociais fundamentais – Alcance do art. 5º, § 1º da Constituição Federal de 1988	231
Capítulo 4 – Segurança Jurídica e o Princípio da Proibição de Retrocesso Social na Ordem Jurídico-Constitucional Brasileira ..		243
4.1	Segurança jurídica no Estado de Direito	244
4.2	Da segurança jurídica à proteção da confiança.....	248
4.3	Proteção da confiança como feição subjetiva da segurança jurídica ..	255
4.4	Fundamentação jurídico-constitucional de uma proibição de retrocesso social no Brasil quanto aos direitos sociais.....	258

4.5	O conteúdo material do princípio da proibição de retrocesso social na Constituição Federal de 1988	260
4.6	O reconhecimento do princípio da proibição de retrocesso social na ordem jurídico-constitucional brasileira.....	268
Capítulo 5 – O Estado de Necessidade Econômico-Financeiro e o Impacto sobre os Direitos Fundamentais		273
5.1	A ideia de estado de exceção.....	274
5.2	A conexão entre ditadura e exceção constitucional.....	276
5.2.1	A ditadura romana.....	277
5.2.2	O sentido da ditadura comissária de Carl Schmitt	278
5.3	Os sistemas de controle de crises	281
5.3.1	A lei marcial e o estado de sítio	281
5.3.2	O estado de exceção econômico-financeiro na primeira metade do século XX.....	284
5.4	Estado de necessidade (ou estado de exceção) econômico-financeiro: sentido e as experiências brasileira e portuguesa	288
5.5	O risco da exceção permanente	296
5.6	O estado de sítio econômico na Constituição e o impacto sobre os direitos fundamentais	299
Conclusão		307
Referências		313
Índice Alfabético.....		323